de Portugal, sempre que as instituições de crédito não atinjam os objectivos das directivas ou dos condicionamentos estabelecidos por este Banco, nos termos das alíneas a) e c) do n.º 1.º do artigo 28.º da sua Lei Orgânica, devendo os valores correspondentes aos aumentos de liquidez impostos por essa decisão ser depositados, na sua totalidade, no Banco de Portugal.

2. As decisões tomadas em conformidade com o número precedente serão comunicadas directamente pelo Banco de Portugal às instituições de crédito visadas.

3.º — 1. As importâncias dos saldos das contas especiais abertas no Banco de Portugal em nome das instituições de crédito, nos termos do n.º 3.º da Portaria n.º 406/73, de 9 de Junho, não serão contadas para efeitos do estabelecido nos n.ºs 1.º e 2.º da presente determinação, na parte aplicável aos citados saldos.

2. Também para efeito do previsto nos n.ºs 1.º e 2.º desta determinação, não será contada como responsabilidade em moeda nacional das aludidas instituições de crédito a parte dos saldos das contas especiais abertas nos ditos bancos, em conformidade com o disposto no n.º 2 do n.º 2.º da citada Portaria n.º 406/73, que corresponda às importâncias mencionadas no número anterior do presente número desta determinação.

4.º Ficam revogadas as normas constantes dos n.ºs 1.º a 5.º da determinação do Banco de Portugal comunicada pelo aviso publicado no 4.º suplemento ao *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 294, de 22 de Dezembro de 1975.

5.º As dúvidas que se suscitarem na aplicação da presente determinação serão resolvidas pelo Banco de Portugal, mediante circulares transmitidas a todas as instituições de crédito.

6.º A presente determinação entra em vigor na data da sua publicação no *Diário da República*, devendo as instituições de crédito adaptar-se ao disposto nas normas dela constantes, no prazo máximo de trinta dias, a contar daquela data.

Ministério das Finanças, 28 de Fevereiro de 1977. — O Ministro das Finanças, *Henrique Medina Carreira*.

Aviso n.º 6

O Banco de Portugal, sob a orientação superior do Ministro das Finanças, em conformidade com a competência que, como banco central, lhe foi atribuída pelo artigo 16.º da sua Lei Orgânica, em regulamentação do previsto na alínea b) do artigo 28.º daquela Lei Orgânica, determina o seguinte:

1. Aos depósitos a prazo mobilizados antecipadamente em relação à respectiva data de vencimento, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 75-B/77, de 28 de Fevereiro, aplicar-se-á o seguinte regime:

- a) Não poderão ser abonados juros quando a mobilização se fizer no prazo de trinta dias, a contar da sua constituição ou renovação;
- b) Sempre que a mobilização ocorra a partir do trigésimo dia da constituição ou renovação, casos em que o regime fiscal aplicável é idêntico ao dos depósitos a prazo, não po-

derão ser abonados juros a taxas superiores às seguintes, em função da data da sua constituição ou renovação:

Período de vigência do depósito	Data da constituição ou da mais recente renovação do depósito	
	Anterior à data da entrada em vigor desta determinação	A partir da data de entrada em vigor desta determinação
	Percentagem	Percentagem
Igual ou superior a trinta dias, mas não noventa dias	3	3,5
Superior a noventa dias, mas não a cento e oitenta dias ...	5,5	6,5
Superior a cento e oitenta dias e até um ano	9	10,5

2. O disposto nesta determinação do Banco de Portugal entra em vigor a partir de 1 de Março de 1977.

Ministério das Finanças, 28 de Fevereiro de 1977. — O Ministro das Finanças, *Henrique Medina Carreira*.

Aviso n.º 7

No uso da competência que, como banco central, lhe foi atribuída pelo artigo 16.º da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro, o Banco de Portugal, em regulamentação do previsto no artigo 28.º, n.º 1, alínea b), daquela Lei Orgânica, e em conformidade com o estabelecido no n.º 3 da Portaria n.º 138/76, de 12 de Março, comunica o seguinte:

As taxas de juro a abonar aos depósitos a prazo de emigrantes não poderão ser superiores aos seguintes limites:

1. Contas constituídas em libras esterlinas:

- a) Depósitos a prazo de seis meses — 10 %;
- b) Depósitos a prazo de um ano — 10,5 %.

2. Contas constituídas em francos franceses e dólares canadianos:

- a) Depósitos a prazo de seis meses — 8 %;
- b) Depósitos a prazo de um ano — 8,5 %.

3. Contas constituídas em dólares dos EUA e francos belgas:

- a) Depósitos a prazo de seis meses — 7 %;
- b) Depósitos a prazo de um ano — 7,5 %.

4. Contas constituídas em Deutsche Mark e florins:

- a) Depósitos a prazo de seis meses — 6,5 %;
- b) Depósitos a prazo de um ano — 7 %.

5. Contas constituídas em francos suíços:

- a) Depósitos a prazo de seis meses — 5 %;
- b) Depósitos a prazo de um ano — 5,5 %.

Fica revogado o aviso do Banco de Portugal publicado no *Diário da República*, 1.ª série, de 12 de Março de 1976.

Ministério das Finanças, 28 de Fevereiro de 1977. — O Ministro das Finanças, *Henrique Medina Carreira*.